

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)




**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-58-4

DOI 10.22533/at.ed.584201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019031	
CAPÍTULO 2	8
A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL	
Adriano Toledo Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019032	
CAPÍTULO 3	21
AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITÁRIA/BR	
Júlia da Silva Rigo Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5842019033	
CAPÍTULO 4	34
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	
Arcielli Royer Nogueira Adrian Alvarez Estrada	
DOI 10.22533/at.ed.5842019034	
CAPÍTULO 5	46
IMPLANTAÇÃO DO PNAIC EM SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO	
Josi Carolina da Silva Leme Maria Iolanda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.5842019035	
CAPÍTULO 6	54
O “JEITINHO” PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO: #HONESTIDADE	
Expedita Estevão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019036	
CAPÍTULO 7	67
TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR	
Liliane Pinheiro Patrícia Correia de Paula Marcoccia	
DOI 10.22533/at.ed.5842019037	

CAPÍTULO 8 75

VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA: QUE CONTRAPONTO? - UM ESTUDO DE CASO ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO

Elisabete Eugénia Pinto dos Santos Pessanha Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.5842019038

GESTÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 9 88

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patrícia de Lemos Negreiros Tavares

Fernanda Nascimento Severo

Heraldo Simões Ferreira

Deborah Ximenes Torres Holanda

José de Siqueira Amorim Júnior

Maciel Nascimento de Araújo

Tobias Junior do Bomfim Ferreira

Raphaela Mota Feitosa Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.5842019039

CAPÍTULO 10 96

BULLYING E SEUS PRATICANTES: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Telma Antunes Dantas Ferreira

Katarina Pereira dos Reis

Matheus Ramos da Cruz

Ulhiana Maria Arruda Medeiros

Pâmella Cristina Dias Xavier

José Antonio Vianna

DOI 10.22533/at.ed.58420190310

CAPÍTULO 11 104

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS PROPOSIÇÕES FORMATIVAS: REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE

Victoria Mottim Gaio

Camila Macenhan

Jaqueline de Moraes Costa

Karine Ferreira Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.58420190311

CAPÍTULO 12 117

O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC

Wiusilene Rufino de Souza

Rosangela Duarte

Lucas Portilho Nicolleti

Ênia Maria Ferst

DOI 10.22533/at.ed.58420190312

CAPÍTULO 13 128

PROJETOS DE EXTENSÃO: DA UNIVERSIDADE A COMUNIDADE

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Joyce Mary Adam

DOI 10.22533/at.ed.58420190313

HISTÓRIA E DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

CAPÍTULO 14 139

A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968

Macioniro Celeste Filho

DOI 10.22533/at.ed.58420190314

CAPÍTULO 15 152

A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO

Claudio Jorge da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.58420190315

CAPÍTULO 16 165

O TRATAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL DA COERÇÃO NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE FREUD, SKINNER E FOUCAULT

Géssica de Souza Zuliani
Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.58420190316

CAPÍTULO 17 180

INFÂNCIA E CONSUMO: UMA ANÁLISE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO INFANTIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Alane Delmondes Nóbrega
Atiane Leles Magalhães
Fernanda Letícia Sousa Lima
Mariane Barbosa Matos
Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.58420190317

CAPÍTULO 18 187

O FESTEJO DAS SANTAS ALMAS BENDITAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO SÃO JOÃO EM SANTA ROSA DO TOCANTINS, BRASIL

Valdir Aquino Zitzke

DOI 10.22533/at.ed.58420190318

CAPÍTULO 19 197

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SOCIOBIODIVERSIDADE EM ORIXIMINÁ: QUANDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PRODUZ O CONFLITO

Wilson Madeira Filho
Wagner de Oliveira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.58420190319

CAPÍTULO 20	213
VISITA TÉCNICA COMO AÇÃO CONSTRUTIVA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM	
Valclides Kid Fernandes dos Santos	
Sandra Regina Gregório	
Nilton Paulo Ponciano	
DOI 10.22533/at.ed.58420190320	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Data de aceite: 11/03/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Arcielli Royer Nogueira

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel, cascavel – Paraná,
<http://lattes.cnpq.br/6026978592852225>

Adrian Alvarez Estrada

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Cascavel, cascavel – Paraná,
<http://lattes.cnpq.br/3923063914496775>

RESUMO: O artigo está focado na avaliação em larga escala: Prova Brasil. Busca compreender o que é a Prova Brasil, quando surgiu, fazendo um breve histórico de quando se insere historicamente na administração do sistema educacional brasileiro. E assim, buscando mais informações sobre a avaliação em larga escala a ANRESC (Prova Brasil) até os dias atuais. Mostrando as características em seu processo avaliativo, a avaliação nacional da educação escolar se inseriu historicamente no sistema educacional brasileiro. O qual busca como objetivo a qualidade da educação brasileira, eficiência, equidade e produtividade e também para a universalização do acesso à escola, e com isso, poder propor ações pedagógicas e políticas públicas que auxiliem na melhoria da qualidade da aprendizagem para alcançar as

metas planejadas. Isso será possível pela coleta de referências da bases da Prova Brasil. A qual avalia o rendimento em Língua Portuguesa e em matemática em cada escola do Brasil. Para compreendermos utilizamos a pesquisa documental para compor a pesquisa e também utilizamos revisões bibliográficas referente ao tema. As contribuições que este estudo nos revelou foram satisfatórias e ainda, nos aponta que há necessidade de se planejar melhor as ações para após a coleta de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação em larga escala, Prova Brasil, Qualidade.

LARGE-SCALE EVALUATION: PROVA BRASIL HISTORY: CHARACTER AND OBJECTIVE

ABSTRACT: This article focused Large-scale evaluation: Prova Brasil. Seeks to understand. What it is Prova Brasil, when it came up, making a brief history of when it is historically inserted in the administration of the Brazilian educational system. And so, looking for more information about large-scale evaluation ANRESC (Prova Brasil) until nowadays. Demonstrate the characteristics of its evaluation process, the national evaluation of school education has historically been inserted in the Brazilian system. Which aims for the quality of Brazilian education, efficiency, equity and productivity and also for

the universalization of access to school, and with this, be able to propose pedagogical actions and public policies that help in improving the quality of learning to achieve the planned goals. This will be possible by collecting references from Prova Brasil bases. Which evaluates the performance in Portuguese Language and Mathematics in each school in Brazil. In order to understand it, we use documentary research to compose the research and we also use bibliographic reviews on the subject. The contributions that this study has revealed to us have been satisfactory, and also point out that there is a need to better plan actions after data collection.

KEYWORDS: Large-scale evaluation, Prova Brasil, Quality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um breve histórico da avaliação da educação brasileira e a implementação da avaliação em larga escala: Prova Brasil. Aponta algumas de suas características e de seus objetivos. O foco da Prova Brasil (ANRESC) é no desempenho da aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática dos educandos do sistema público de educação básica (ensino fundamental e médio). Enfatizando as habilidades básicas e controle do progresso instrucional, através da avaliação. Com os resultados gerados pela avaliação – Prova Brasil, subsidiará as decisões que o governo tomar sobre a educação no país. Um fator importante para superar esse desafio, tanto os professores quanto a equipe pedagógica devem conhecer a prova Brasil, conhecer as competências exigidas nas avaliações externas. Assim, poderão propor ações pedagógicas para superação das dificuldades encontradas.

Sabemos que a busca pela qualidade do ensino do Brasil é antiga. Que já se manifestava nos anos 30. Desde então, pesquisas e planejamentos desenvolvidos, fomentaram a constituição de um sistema nacional de avaliação no final dos anos 80. Nos anos 90 ou como foi chamada a década da educação, representou um novo momento na educação brasileira, pois neste contexto, ocorreram várias reformas educacionais. E uma dessas reformas foi a Prova Brasil, que foi se consolidando através de décadas e de melhorias e adequações efetivas no sistema de avaliação. Que busca através do diagnóstico do ensino a melhoria deste de forma alcançar a qualidade e reduzir as desigualdades educacionais.

Segundo INEP (2015):

“O sistema de avaliação da educação básica (SAEB) tem como principal objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica”. (BRASIL, 2015, p.7)

Buscamos apresentar a Prova Brasil, pela história. Desde antes de sua

constituição até o momento. Compreendemos que a Prova Brasil é importante para o sistema de avaliação da educação brasileira e que os seus resultados auxiliam nas políticas públicas voltadas para este fim e também é um instrumento para o progresso da educação básica que fornece um indicativo sobre a qualidade do ensino oferecido. De forma, que possa realizar comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo dos anos/ décadas.

2 | BREVE HISTÓRICO

Na história da educação do Brasil percebemos que a preocupação com a qualidade, com a escola acessível vem desde o Conselho Nacional de Educação e cresceu a ideia com o Manifesto dos Pioneiros em 1932. Com a “comissão dos 10”, presidido por Anísio Teixeira, elaboram o anteprojeto referente à educação Nacional para a constituição de 1934. Em seguida, com a “comissão dos 32”, que foi presidida por Fernando de Azevedo, o qual propunha um Plano Nacional de Educação com o propósito de oferecer oportunidades iguais a todos.

Para alcançar esse objetivo foi elaborado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), começou a ser desenvolvido no final dos anos 80 e foi um dos primeiros instrumentos a ser utilizado para se conhecer o sistema educacional brasileiro. Que é composto por três de avaliações externas em larga escala (BRASIL, 2015, p. 7). O seu objetivo em escala nacional é conhecer o sistema da educação do Brasil. As informações coletadas pretendem subsidiar a elaboração, reestruturar e a fiscalização das políticas educacionais em âmbito municipal, estadual e federal, e assim, contribuir para o aumento da qualidade, equidade e eficiência do ensino do Brasil.

Foi em 1990, que se realizou a primeira aplicação do Saeb, com a participação amostral de escolas que ofertavam as 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do ensino fundamental I e II em escolas públicas da rede urbana. E as avaliações dos alunos eram de Língua Portuguesa, Matemática e ciências. Nas séries, 5^a e 7^a foram avaliadas também em redação e manteve este formato até 1993.

Um dos grandes desafios da educação no Brasil até a meados dos anos 90, era que todas as crianças em fase escolar frequentassem a escola. Após, este desafio ter sido solucionado, surgiu uma nova questão: Como medir o quanto as crianças estão aprendendo e assim, garantir a qualidade da educação? A partir de então, se foi construindo uma proposta avaliativa para que pudesse verificar o que os educandos brasileiros estão aprendendo e para assim conhecer a real conjuntura da educação brasileira.

Em 1995, foi aplicada uma nova metodologia de construção do teste e análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que exige a repetição de perguntas

para que haja uma série de comparação. E assim, tornou possível a comparabilidade entre os resultados das avaliações. Neste ano (1995), não foi realizada a avaliação de ciências. Também foi decidido que o público a ser avaliado seria das etapas finais: 4ª série hoje 5º ano e 8ª série hoje 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. Foi acrescentada uma amostra da rede privada.

Nos anos de 1997 e 1999, a avaliação dos estudantes das séries 4ª e 8ª foi de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. E dos alunos do 3º ano do ensino médio foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

O SAEB é realizado de dois em dois anos, avalia uma mostra dos estudantes matriculados nas séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas. Fornecendo dados sobre a qualidade do sistema educacional do Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tinha um caráter amostral, realizava sorteio para aplicar as provas em um grupo de escolas, isso ocorreu nas edições de 1990 e 2003.

Foi com o PNE de 2001-2010 que contribuiu para a construção de políticas e programas voltados à melhoria da educação. Desde 2001, o SAEB passou a avaliar somente as áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2005, o SAEB foi reorganizado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março deste ano, pois havia a necessidade de uma investigação mais detalhada, que expandisse o alcance dos resultados (INEP, 2005). Então, o SAEB passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) ou Prova Brasil.

Os procedimentos da Avaliação ANEB mantiveram-se por amostral. Já a ANRESC (Prova Brasil), passou a avaliar de forma censitária as escolas que tinham a quantidade mínima de alunos nas séries avaliadas, permitindo que os resultados fossem gerados por escola. O objetivo da Prova Brasil é assessorar o chefe de estado nas decisões e nos recursos técnicos e financeiros. E também direcionar a escola no ato de planejar suas metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas.

Sendo um instrumento importante para os gestores públicos e educadores, pesquisadores e acrescenta-se também a sociedade, pois, a prova conscientiza sobre a realidade de cada escola. Para os governantes é um instrumento que auxilia o planejamento da educação no país e também de como aplicar os recursos nas áreas prioritárias e a estabelecer metas.

No ano de 2005, a Prova Brasil se firmou nas escolas públicas com no mínimo 30 estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental (4ª série/5º ano e 8ª série/ 9º ano). A metodologia utilizada nessa avaliação foi com testes de Língua Portuguesa e Matemática, tendo seu foco na leitura e em resolução de problemas.

Na edição de 2007, as escolas públicas rurais que tinham (4ª série/5º ano) do ensino fundamental, que tinham 20 estudantes no mínimo matriculados passaram a participar da ANRESC (Prova Brasil). Nesta edição passou a ser realizado em conjunto a ANEB, utilizando os mesmos instrumentos.

Na próxima edição, a de 2009, a/o 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas rurais que tinham o mínimo de alunos matriculados passaram a ser avaliados.

No ano de 2011, a deputada professora Dorinha Seabra Rezende, solicitou através do requerimento nº 287, o envio pelo Ministério da Educação (MEC) à câmara dos deputados do “diagnóstico da realidade educacional brasileira que fundamenta a proposta encaminhada” (PNE 2014-2024 p. 15). Segundo a parlamentar que justifica o diagnóstico dizendo que este tornaria o debate educacional mais concreto e proveitoso.

Em 2013, outra avaliação em larga escala passou a compor o SAEB, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que está prevista no PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Nesta mesma edição foi incluída de forma experimental a avaliação de ciências no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. Um pré-teste com caráter de estudo experimental foi realizado com as disciplinas de ciências naturais, história e geografia que não gerou resultados.

Um documento que também vem para defender a qualidade da educação é a Lei nº 13.005/2014 do PNE, na qual o artigo segundo desta lei menciona no quarto item a melhoria da qualidade da educação. No décimo primeiro artigo fala sobre o Sistema Nacional de Avaliação Básica será uma fonte de informação para avaliação da qualidade da educação básica e servirá também para a orientação das políticas públicas (PNE 2014/2024 p. 46 e 47).

Percebemos que no Plano Nacional de Educação, menciona o tema que é a qualidade da Educação básica/ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde meta é fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidade, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB. Em busca dessa qualidade é que se realiza a Prova Brasil e o seu resultado é divulgado pelo IDEB para que possamos analisar e assim, planejar metas para atingir essa qualidade que almejamos para a educação brasileira, somando-se a isto, os governantes engendrem ações e políticas públicas para que auxiliem a atingir as metas.

Em 2017, as escolas públicas do ensino fundamental, as de ensino médio, públicas e privadas, passaram a ter resultado no SAEB e no IDEB.

Um dado importante e preocupante é que segundo um estudo realizado pelo MEC (2018), demonstrou que o ensino médio está estagnado desde 2009. O Ministro da Educação, Rossieli Soares, destacou que mesmo com algumas evoluções nas

etapas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental o nível de aprendizagem médio do país se situa no limite inferior do nível básico.

Afirma o Ministro Rossieli Soares (2018):

“Tivemos resultados positivos que indicaram alguma melhora, especialmente no ensino fundamental, nos anos iniciais, onde todas as unidades da federação apresentaram uma evolução no desempenho, tanto em português quanto em matemática, e este é um bom dado. Mas no ensino médio os níveis são insuficientes, ou seja, não está havendo a aprendizagem que deveria estar garantida a cada um dos jovens brasileiros. É uma responsabilidade dos governos avançarem nessa agenda, melhorar e dar, mais condições à educação básica de forma geral para impactar no ensino médio (Portal do MEC, 2018).”

Então, com isso percebemos que precisa ser mais bem planejado as políticas públicas para que possamos assim alcançar e aprimorar a qualidade da educação no ensino médio. Para que garanta a cada jovem brasileiro a aprendizagem adequada.

Segundo o INEP (2019), em 2019, as siglas (ANA, ANEB e ANRESC), deixarão de existir e todas as avaliações passarão a ser identificadas pelo nome SAEB, acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos, passará a incluir também a educação infantil. Os anos e a frequência também sofrerão alterações. Todas as avaliações da Educação básica serão aplicadas em anos ímpares e a divulgação dos resultados nos anos pares. Ocorrerá o aprimoramento nos questionários e plataformas do Saeb, as matrizes de avaliação serão revisadas adequando-as à BNCC. Outra mudança importante é que neste ano de 2019 a aplicação da prova da alfabetização será realizada ao final do segundo ano e não mais ao final do terceiro como era até então. Haverá mudanças para o nono ano também, terá aplicação de questões de ciências humanas e da natureza, ainda a ser definida. O MEC quer ainda neste ano, aplicar testes do Saeb por meio eletrônico. Onde alguns alunos farão a prova nos dois formatos: por escrito e digital.

3 | PROVA BRASIL: O QUE É? SUAS CARACTERÍSTICAS E SEUS OBJETIVOS?

A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala censitária das escolas públicas das redes municipais que iniciou em 2005. É uma avaliação diagnóstica, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). É realizada com base nos documentos: matrizes e referências. Que é elaborado pelo INEP e enviado às escolas.

A avaliação Nacional do rendimento escolar (ANRESC/Prova Brasil) é aplicada em escolas públicas, estaduais e federal, no quinto e no nono ano. A aplicação abrange escolas com pelo menos 20 estudantes matriculados. E também é realizada em um dia por turma da aplicação. Os cadernos de prova para o 5º, 9º e 3º ano terão 32 páginas cada.

A execução da prova é disposta por etapas e é realizada a cada 2 anos. Na primeira etapa a prova e o questionário contextual são aplicados nos alunos. Ela avalia as habilidades essenciais para a aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental. A prova é confeccionada com 21 tipos diferentes de cadernos de prova para cada série, o aluno só responde um caderno de prova. Então, em uma turma com 20 alunos nenhuma das provas serão iguais. Para o quinto ano, são 22 perguntas de cada disciplina, divididas em blocos de 11 perguntas; Para o nono ano, são 26 perguntas por disciplina, em blocos de 13 arguições. Os testes são de múltipla escolha, com quatro ou cinco alternativas de resposta para cada questão, sendo uma somente correta. O tempo para realizar a resposta de cada bloco é de 25 minutos para ambos os anos. O tempo total para a realização das provas é estipulado de 2 horas e 30 minutos. E ainda, os estudantes respondem um questionário socioeconômico com 44 questões. Onde estes fornecem informações sobre fatores externos que podem estar relacionados ao desempenho do educando na sala de aula.

Percebemos que o questionário socioeconômico realizado com os alunos se mostra relevante. E que busca saber muito mais do que sexo, raça, idade. Questiona sobre os utensílios que possui em sua casa, a quantidade de pessoas que mora na casa, quantos quartos a casa possui, pergunta sobre a escolaridade dos pais ou responsáveis, questiona sobre a participação dos responsáveis nos estudos, se trabalha ou não fora de casa, pergunta sobre reprovação ou abandono escolar. E para os terceiros anos do ensino médio pergunta sobre a violência na escola. Questiona também sobre as expectativas pessoais de escolaridade e trabalho.

A importância da realização destes questionários nos mostra que meios externos podem influenciar nos resultados da educação. Que antes mesmo da Prova Brasil esse tipo de questionário já foram realizados em outros países com intenções diferentes ou com críticas. E o relatório Coleman e um exemplo desse tipo de questionário aplicado em alunos da Déc. de 60, o qual coleta dados sobre os docentes, os alunos e as famílias. Segundo Bonamino e Franco (1999, p.102):

“O relatório Coleman (1966) foi, provavelmente, uma das mais influentes pesquisas de levantamento na área de educação. Para estudar em que medida as diferenças de raça, cor, religião, origem geográfica e origem social afetariam as oportunidades de educação, o governo americano realizou a pesquisa..., e coletou dados sobre as características das escolas frequentadas, do corpo docente, dos alunos e suas famílias, através da aplicação de cinco grupos de testes..., de modo a subsidiar a implementação de políticas de melhoria escolar (Bonamino e Franco, 1999, p. 102)”

Notamos que talvez na época não se fosse possível atingir o objetivo esperado. Porém, podemos verificar que alguns fatores em conjunto podem explicar o baixo rendimento curricular e a repetência também é parte desse reflexo. Então, alguns

fatores como: os baixos salários, precariedade e às condições de saúde entre outros fatores influenciam no rendimento escolar deste indivíduo. Que a realização deste questionário como os demais que são realizados durante o processo avaliativo – Prova Brasil, auxiliam para a entendimento do resultado e também direciona um planejamento mais direto e efetivo para que possamos alcançar a educação de qualidade a qual tanto buscamos.

Na etapa seguinte, segundo MEC, vem a aplicação do questionário dos professores e diretores (que se refere à sua gestão) das turmas e escolas avaliadas também realizam um questionário que coleta dados demográficos, perfil profissional, nível socioeconômico e cultural, estilo de liderança, formas de gestão e condições de trabalho. Também são coletadas informações sobre o clima acadêmico da escola, clima disciplinar, recursos pedagógicos disponíveis, infra-estrutura e recursos humanos.

E por último, é realizado pelos aplicadores dos testes um questionário da escola, o qual realiza o preenchimento de um formulário sobre o estado de infra-estrutura da escola.

Durante a realização da prova tem o atendimento especializado aos estudantes com baixa visão, cegos, surdos e com outras deficiências.

A prova é desenvolvida pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais), os professores regentes não participam da aplicação da prova. Quem aplica e faz a correção é a empresa contratada para a realização do exame.

Segundo o Ministério da Educação (Portal do MEC), no ano em que a Prova Brasil será realizada, as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas da educação básica, que possuem turmas de quinto e nono anos do ensino fundamental, recebem os cadernos matrizes de referência, tema, tópicos e descritores. Estes cadernos trazem informações aos gestores e professores sobre os pressupostos teóricos que a avaliação foi embasada.

Com relação aos aplicadores da prova, conforme Qedu (2018), estes são treinados de forma a manter um padrão em âmbito nacional. Os aplicadores entram em contato com as escolas para agendarem as datas e os horários da aplicação da prova. E durante a realização da prova caberá ao aplicador ler as orientações e explicar a forma de preenchimento das respostas dos testes. Porém, as questões não serão lidas pelo aplicador.

O objetivo oficial da Prova Brasil, segundo o MEC, é avaliar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. E assim, verificar a real situação do sistema educacional brasileiro a partir da avaliação de desempenho dos estudantes e assim obter informações sobre escolas, professores e diretores. E o desempenho dos alunos na realização da prova oferece com os resultados informações, sobre a

Língua Portuguesa e Matemática. Os dados obtidos através da realização da Prova Brasil permitem aos professores e diretores verificar, nas áreas, temas ou tópicos avaliados, o que já foi desenvolvido e o que ainda não foi alcançado pelos alunos, e assim, propor metas curriculares a serem alcançadas para melhorar a aprendizagem.

Como o cálculo da nota da Prova Brasil (língua Portuguesa e Matemática) é realizado, o cálculo é padronizado em uma escala de zero a dez. Depois, essa nota é multiplicada pela taxa de aprovação, que vai de 0% a 100%. Por exemplo, se a média das notas nas provas de determinada escola for 7 e essa mesma escola tiver 9,0% de aprovação, seu IDEB será de 6,3.

$$\text{Ex.: } 7 \times 9,0\% = 7 \times 0,9 = 6,3$$

Segundo a base de dados – metadados do INEP referente a Prova Brasil (IBGE, 2019), a Prova Brasil apresenta os seus resultados em uma escala de desempenho por disciplina, composta por níveis designados por numerais. Na Língua Portuguesa, existem nove níveis para explicar o desempenho dos alunos: 125,150,175, até o nível 350. Na matemática há dez níveis que inicia do 125 e vai até 375 pontos. E as escalas das disciplinas variam de 25 em 25 pontos. E assim, o desempenho dos alunos é apresentado de forma numérica. Com isso, faz-se uma interpretação pedagógica dos resultados, onde em cada grupo de habilidades serão descritas o que os alunos demonstraram ter desenvolvido respondendo às provas, e assim, atribuindo um significado aos dados. Portanto, cada nível é constituído por habilidades nele descritas, somadas às habilidades dos níveis anteriores, e conseqüentemente, os níveis finais da escala são de níveis mais altos previstos nas matrizes. E assim, é possível saber quais habilidades os alunos já adquiriram, quais estão desenvolvendo e as que precisam ser alcançadas.

Para auxiliar a divulgação dos resultados, em 2007, foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para aferir a qualidade do ensino oferecido e usado em várias políticas públicas do ministério da educação. O IDEB foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de 0 a dez. O ministério da educação, através deste instrumento traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. (Portal do MEC)

Então, a divulgação dos resultados das escolas para a sociedade (com exceção das sorteadas como amostra), as que tiverem pelo menos 10 alunos presentes no momento da aplicação dos instrumentos e alcançarem uma taxa de participação de ao menos 80% dos alunos matriculados, conforme dados declarados ao censo escolar de 2017. Os resultados finais são divulgados por meio de boletim da escola ou do painel educacional. E também através do portal do Inep.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização da pesquisa para este artigo foi possível conhecer de forma breve um pouco mais sobre a avaliação em larga escala mais especificamente a Prova Brasil. Temos o conhecimento que a Prova Brasil é uma avaliação de grande relevância para o sistema educacional brasileiro. Contudo, esta avaliação é um processo reflexivo da aprendizagem dos estudantes brasileiros, e que é através dela que podemos estar analisando pontos que antes não eram possíveis. Por isso, que é relevante e através dos resultados coletados que podemos verificar a qualidade, equidade e produtividade do ensino brasileiro. Além disso, alinhando as ações e procedimentos para auxiliar na melhoria do sistema educacional brasileiro. Acrescentamos também, que é uma forma de diagnosticar e avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro de forma censitária. E assim, poder definir as ações voltadas para o aprimoramento da qualidade da educação em nosso país de forma efetiva e com isso, reduzir as desigualdades existentes, corrigindo os problemas identificados e direcionar melhor os recursos técnicos e financeiros. E verificamos que a Prova Brasil é um instrumento necessário para a melhoria da qualidade do ensino, que auxilia para verificar o conhecimento do indivíduo, também auxilia a capacidade deste assimilar os diferentes conteúdos ou não. Porém, sabemos que a Prova Brasil está longe de solucionar todos os problemas que a educação brasileira tem, mas estamos no caminho. Numa ação conjunta posterior a coleta dos resultados podemos aos poucos compreender melhor o que se precisa fazer para atingirmos os objetivos e a educação que tanto almejamos.

Então, com a coleta dos resultados da Prova Brasil, o governo federal tem o dever de interpretar esses resultados e apresentá-los para as redes de ensino e para a comunidade de forma fidedigna e assim, proporcionar condições para a melhoria da qualidade da educação através de políticas públicas mais eficazes. Somando a isto, as secretarias de educação, o próprio MEC e as escolas poderão melhor planejar e melhor direcionar recursos para educação efetivamente de qualidade.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. C. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB.** Cadernos de pesquisa, RJ, nº108, p.101-132, nov. 1999.

BONAMINO, A. C. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.2, p.373-388, abr/jun.2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.** Brasília, DF: Inep, 2015. Acessado em: 14/01/2019 Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1> > Acesso em: 15 jan 2019

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2014/Lei/L13005.htm.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Prova Brasil – Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil> > Acesso em: 17dez 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31992> > Acesso em 10 Jan 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br> > Acesso em: 14 jan. 2019.

_____, Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Instruções Para Aplicação Do Sistema De Avaliação Da Educação Básica (Saeb).** Brasília, DF, 2015. Disponível em: download.inep.gov.br/imprensa/2015/cartilha_saeb2015.pdf > Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Os Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2017.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68271 > Acesso em: 16 jan. 2019.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: questionário contextual.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/> > Acesso em 13 dez.2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: o que é a Prova Brasil.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/o-que-e-a-prova-brasil/> > Acesso em 13 dez.2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: Aprendizado adequado.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/aprendizado-adequado/> > Acesso em 13 dez 2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: Importância da Prova Brasil.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/importancia-da-prova-brasil/> > Acesso em 13 dez 2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: Competência avaliadas.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/competencia-avaliadas/> > Acesso em 13 dez 2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdu.org.br. **Prova Brasil: Estrutura da prova Brasil.** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/estrutura-da-prova-brasil/> > Acesso em 13 dez 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados - Metadados, Inep, Prova Brasil.** Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/prova-brasil> > Acesso em: 27 jan 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Microdados do SAEB.** Disponível em: www.inep.gov.br >. Acesso em: 20 jan 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Saeb – Histórico, linha do tempo...** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>

busca?_3_keywords=historico+do+saeb&_3_formDate=1441824476958&p_p_id=3&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column2&p_p_col_count=1&_3_struts_action=%2Fsearch%2Fsearch&_3_groupId=0&_3_cur=1&_3_format=> Acesso em: 10 jan 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Portaria nº 931, de 21 de Março de 2005**. Disponível em:<<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Gest%C3%A3o/IDEB/portal.inep.gov.br/web/saeb-e-prova-brasil/legislacao.html>> Acesso em: 11 Jan 2019

_____. **SAEB 2001: novas perspectivas**. Brasília, DF, 2002. Disponível on-line em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/SAEB+2001+novas+perspectivas/cd69d523-8fc6-48f4-8007-7a2aa4bb99bd?version=1.1>> Acesso em 14 JAN. 2019.

PNE – Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> > Acesso em: 14 jan 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos 23, 27, 94, 128, 132, 133, 134, 136, 137

Adultização 180, 181, 184, 186

Agricultura familiar 67, 68, 69, 71, 72, 73, 214, 215, 219, 225

Alfabetização 16, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 135

Aprendizagem significativa 54, 64, 66

Avaliação 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 51, 52, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 122, 133, 138, 147, 199

B

Bullying escolar 96, 97

C

Capitalismo 156, 157, 163, 175, 176, 180, 200

Ciclo de políticas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Coerção 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179

Comissão própria de avaliação 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95

Comunidade 15, 43, 47, 50, 54, 63, 76, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 105, 106, 111, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 174, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225

Comunidades quilombolas 187

Congos 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Contexto socioeconômico 180, 185, 186

Contrapoderes 75

Coordenador pedagógico 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116

Corrupção 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63

D

Direitos humanos 75, 85, 86

E

Educação do campo 67, 70, 72, 73

Ensino superior 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 88, 89, 90, 94, 95, 128, 129, 147, 150

Escolarização 52, 70, 72, 180, 182, 183

F

Formação continuada 11, 15, 47, 48, 51, 52, 53, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 136

Formação de professores 27, 28, 32, 46, 47, 49, 51, 115, 121, 126, 127, 132

G

Geografia cultural 187

I

Indisciplina 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113

Instrumentos avaliativos 89, 92, 93

Interdisciplinaridade 54, 66

Invenção da infância 180, 181, 182, 183, 184, 186

J

Jornal 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 103, 154

L

Letramento 46, 51, 52, 53

M

Método de pesquisa 1, 6, 224

N

Nobert elias 97

P

Perspectivas epistemológicas 165

Planejamento estratégico 88, 89, 90, 91, 92, 93, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 212, 220

Políticas educacionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 36, 46, 53, 72

Professores 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 32, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 147, 148, 187, 195, 217, 218, 219, 224, 225

Professor reflexivo 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127

Projeto de extensão 128, 136, 137

S

Socialização 52, 96, 97, 100, 101, 171, 172, 174, 220

T

Tecnologias educacionais 54

Trabalho 4, 5, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 158, 167, 172, 175, 181, 185, 187, 189, 195, 199, 212, 213, 215, 216, 221, 224, 225

Trabalho docente 24, 49, 66, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 124, 127

U

Universidade 1, 8, 9, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 67, 73, 74, 75, 87, 88, 90, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 180, 181, 187, 195, 197, 207, 210, 213, 218, 227

V

Violência 18, 40, 58, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 96, 97, 101, 102, 103, 135, 152, 160

 **Atena**
Editora

2 0 2 0